

Antonio Manoel dos Santos Silva

Gestão 15/1/1997-14/1/2001



Formação acadêmica*

Nasci em Pitangueiras, cidade pequena situada a 40 quilômetros de Ribeirão Preto, entre Sertãozinho e Bebedouro, estado de São Paulo. Meu pai era lavrador, não frequentou nenhuma escola, mas aprendeu na prática, em banco de jardim com seus amigos, a escrever, a ler e a fazer contas. Na época em que comecei a ter noção das coisas, ele me parecia um grande conhecedor de história e geografia. Geografia ele conhecia extraordinariamente bem, toda a geografia. Foi meu primeiro professor, antes mesmo de eu entrar na escola. Na escola primária eu já conhecia muito da história do Brasil, da história da qual ele participou, como na Revolução de 1924, depois na de 1932, depois também na época de Getúlio Vargas. (Entre 1938 e 1945, ele era obrigado a se apresentar na Delegacia da cidade todos os dias porque, na época, estava em uma espécie de prisão domiciliar.) Então, foi meu pai meu primeiro professor. Como lavrador (lavrador mesmo, não era dono de terra), não

tinha muitas condições para colocar os filhos em escola. Comecei o primário muito tarde, com oito anos e meio, no Grupo Escolar de Pitangueiras, onde tive a sorte de ter boas professoras; lembro-me até hoje do nome delas. A elas devo uma base de disciplina – assim como de estudo e de gosto pelo estudo – de que jamais me esqueci. Isso foi de 1949 a 1953. Com essas professoras aprendi muita coisa: primeiras noções de biologia, botânica (até de conhecimentos de células), matemática também, elas me introduziram nas contas, mesmo nas de relativa complexidade. Dessas professoras, me lembro com mais carinho da Julieta e da Albina Tozzi. Esta me via como um aluno especial, talvez porque eu me destacasse entre os colegas; além das aulas normais que ela dava para os outros, ministrava-me uma orientação especial, em sua casa, com um irmão dela que também participava da mesma sala de aula. Era muito bonita, pelo menos a mim me parecia, e muito jovem ainda, devia ter lá seus 18 anos, mas muito dedicada aos alunos. A professora Julieta Robazzi foi quem decidiu que

* Extratos de depoimento colhido em São Paulo, 1º/9/1993 por Glacyra Lazzari Leite. Cedem.

eu devia continuar os estudos depois do primário; e decidi pelo seguinte: naquela época havia algo como um curso de admissão (espécie de quinto ano), eu estava no quarto e ela me perguntou se eu não faria aquele exame de seleção para o ginásio de Pitangueiras que era uma coisa para todo mundo difícil, porque se exigia muito. Então eu lhe disse que não porque o meu pai não tinha condições de comprar livro e pagar pelo curso de admissão; e ela resolveu dar um curso de admissão nos três últimos meses do quarto ano para eu poder prestar aquela espécie de vestibulinho sem fazer o quinto ano. Lecionava para os quatro melhores alunos do quarto ano – Antônio Felício, Robertinho Robazzi (seu sobrinho), um menino chamado Ivo Vantini e eu. Os quatro acabaram fazendo o exame de seleção e todos passaram para o ginásio. Dos quatro, acabei ganhando menção honrosa, fui o terceiro colocado. Tirei notas muito altas. Acontece, porém, que meu pai não tinha recursos, porém ela insistiu com ele e com o padre da paróquia para que eu continuasse os estudos, e foi graças a ela e ao padre Antônio Maria Stafuzza (pessoa extraordinariamente bem munida de cultura, sobretudo a clássica), que pude continuar meus estudos. Como? Entrando para o seminário.

O seminário exigiria de mim quase dedicação integral. Pelo que contavam, teria de comprar livros e estudar bas-

tante para me sair bem em todas as disciplinas. Então esse padre conversou com o meu pai que, por sua vez, falou comigo. Não queria ser padre, não passava pela minha cabeça, mas ele disse uma coisa que não esqueço até hoje: “Lá você vai aprender uma língua chamada latim e, aprendendo latim, vai aprender praticamente a base de todas as línguas importantes”, e isso do latim ficou na minha cabeça. Meu pai impôs uma condição, que a paróquia pagasse tudo, até o chamado enxoval.

Fiz o seminário em Jaboticabal durante quatro anos. Depois de lá, tive de vir para a Arquidiocese de São Paulo que tinha o seminário médio em São Roque, ali fiz o secundário e, de São Roque, fui para Mariana, Minas Gerais, fazer o primeiro ano de Filosofia. Não sei se todos sabem, mas, no seminário, a gente termina o secundário em seis anos e já entra no ensino superior no sétimo ano. Então aquele tempo que perdi no primário ganhei no secundário fazendo o seminário. Depois fui fazer um ano de Filosofia – aristotélico-tomística ainda, mas já influenciada por novos ares. A Igreja começava a passar por uma série de mudanças ideológicas internas: os padres já estavam vendo a atuação eclesial de forma distinta. No seminário, aprendi uma coisa importantíssima: o rigor e a disciplina para o estudo, bem como o equilíbrio entre estudo e lazer. Aprendi uma es-

pécie de convivência um tanto quanto inocente na aparência, dado o cultivo de certas purezas que o mundo exterior não tinha, mas isso só na aparência, pois também percebi, logo no começo, uma série de conflitos que um livro do Raul Pompéia [*O ateneu*] explicitaria para mim, mais tarde, de maneira clara. Sobretudo, alguns conflitos em relação à formação afetiva. Em todo o caso, no plano propriamente intelectual acredito que nunca na minha vida estudei e li tanto como nos sete anos de seminário. Pode-se dizer que 80% das minhas referências de leitura atualmente ainda são derivadas das que eu fiz, obrigatórias ou livres, durante meu período como seminarista. Para se ter uma idéia, a partir do segundo ano do seminário em Jaboticabal, eu já sabia escrever, ler e falar (disputar) em latim.

No seminário em Jaboticabal, os quatro anos foram fundamentais para mim. A partir do quarto ano, as coisas começaram a mudar; primeiro, porque eu queria deixá-lo. Nesse momento, o bispo da Diocese de Jaboticabal, que sustentava meus estudos, um grande latinista que gostava muito de mim, por causa disso também, ou seja, porque eu já falava com ele em latim clássico, ciceroniano, me chamou depois do quarto ano e disse: “Sei que você não quer ser padre, mas a Diocese investiu muito em você e ainda tem a esperança de que você será chamado, quer dizer, receberá

essa graça de vocação para ser padre, então eu gostaria que continuasse”. Mas eu já estava louco para sair. Conversei com meu pai, que já havia mudado de Pitangueiras para o norte do Paraná, e resolvi aceitar a proposta do bispo – permanecer por mais dois anos. Fui, assim, transferido para o seminário médio arquidiocesano de São Paulo, em São Roque. São Roque foi importante não propriamente por causa dos professores, mas por causa de um colega chamado Antônio Milan, menino, o mais novo da turma – um gênio, foi o único que conheci em minha vida.

As férias no seminário eram em julho, e de dezembro a fevereiro; desse modo, ficávamos quatro meses fora. E durante as férias eu ia para casa, e lá era um lavrador: trabalhava na roça, plantando, colhendo, carpindo, participando da formação de pastos. Essa minha experiência de sair do ambiente de estudo e ir para casa, e voltar com as mãos calosas, foi muito interessante, a experiência, do trabalhar com lavradores, como empregado, ajudando meu pai.

Formei-me na Universidade Federal do Paraná em Letras Neolatinas segundo o esquema três mais um (bacharelado e licenciatura), e logo me especializei em Literatura Espanhola e Hispano-americana. Embora já lecionasse francês e latim, minha especialidade foi essa.

Fiz o doutorado na antiga Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de São

José do Rio Preto, atual Ibilce. Ao mesmo tempo, me inscrevi no doutorado na USP. Quando chegou o momento da defesa, optei por fazê-la em São José do Rio Preto. Minha tese foi sobre Literatura Espanhola e Hispano-americana moderna. Depois disso, fiz livre-docência em Literatura Brasileira e titularidade na mesma disciplina.

Na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de São José do Rio Preto*

Cheguei à Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de São José do Rio Preto por acaso. Eu não tinha em mente vir para o estado de São Paulo. Estudei em Curitiba e lá comecei a lecionar em colégios ainda no segundo ano. Quando estava no terceiro, dois professores me convidaram para ser assistente deles: um, professor de Língua Portuguesa (Rosário Farani Mansur Guérios) e outro de Literatura Brasileira (Temístocles Linhares) e optei por Literatura Brasileira. Mas, quando terminei de cursar a disciplina, Temístocles Linhares, que era um grande crítico, me avisou que infelizmente não poderia me aproveitar como assistente porque a sobrinha de Flávio Suplicy de Lacerda (então ministro da Educação) tinha a mesma pretensão e

* Depoimento colhido em São Paulo, 16.02.2006 por Anna Maria Martinez Corrêa e Márcia Tosta Dias. Cedem.

ele não podia ir contra. Sabendo disso, um professor de Literatura Espanhola e Hispano-americana, Guillermo de la Cruz Coronado, que foi chamado, depois da “Revolução”, para assumir e coordenar as aulas de Literatura Espanhola da cátedra de espanhol, me convidou para ir a Rio Preto para ficar com a área de Literatura Hispano-americana. Foi estranho porque o professor Coronado era de direita, embora não fosse da direita agressiva, tanto que ajudou meu irmão a sair da prisão na época da ditadura militar. Eu não era um discípulo muito querido dele na parte política. Eu era bem de esquerda, participava da UNE e o fato de ele ter-me convidado me espantou porque eu tinha colegas, melhores alunos do que eu. Achei um pouco estranho, mas foi ele que me conduziu a Rio Preto. Assim, fui por acaso, por uma oportunidade que surgiu. Estava pensando muito, indeciso (também queria fazer Engenharia), mas acabei indo para Rio Preto. Um colega me disse: “Rio Preto é um trampolim para a USP”. Não fui por causa disso, mas, sim, porque achei uma oportunidade de trabalhar com uma literatura de que gostava muito.

Na administração universitária

Quando era aluno, fundei um Centro de Estudos de Letras na Universidade Federal do Paraná. Foi logo depois da “Revolução Redentora”. Era um Centro

de Estudos de Letras que também era uma espécie de núcleo de resistência à ditadura. Não sabia que ali estava começando, subliminarmente, minha tendência para a administração ou, pelo menos, para o exercício de alguma liderança. Em São José do Rio Preto, comecei a trabalhar na administração como chefe do Departamento de Letras Vernáculas e Clássicas quando a UNESP estava sendo fundada, e fui indicado como chefe de Departamento *pro tempore*. Desempenhei essa função quando os Departamentos se constituíram, fiquei primeiro dois anos, depois mais dois, e, em seguida, passei para a coordenação de Pós-graduação em Letras.

A Pós-graduação em Rio Preto começou depois de meu exílio voluntário em Curitiba, em 1974-1975. Tive um atrito com a direção da Faculdade em 1973, pedi demissão e voltei para Curitiba. Lá, fui chamado para trabalhar em um curso de Pós-graduação da Universidade Católica e da Universidade Federal. Praticamente, assisti como se montavam os cursos e, quando estavam organizando os cursos, pensava: “Por que em Rio Preto não tem curso de Pós-graduação? Há mais gente qualificada, mais produção”. Assim, quando voltei de Curitiba, em fins de 1975, fui indicado como chefe *pro tempore* do Departamento de Letras Vernáculas e Clássicas, e comecei a conversar com os colegas sobre a possibilidade de montar um curso de

Pós-graduação em Letras, em 1976, proposta que naquele momento enfrentou certa resistência. Em 1977, quando já era chefe de Departamento de fato, me associei a outro chefe, o prof. Valdemar Munhoz Rodrigues, e a mais um colega, o prof. Carlos Daghljan e elaboramos um projeto de curso de Pós-graduação em Letras, especificamente em Teoria da Literatura e Literatura Brasileira e em Lingüística. Essa proposta foi enviada à Câmara Central de Pós-graduação e Pesquisa na UNESP, onde hoje é a Fundunesp, na avenida Rio Branco e, como não havia muito boa vontade com o curso de Letras de Rio Preto, porque os cursos de Pós-graduação eram para funcionar só em Assis e Araraquara, tentaram abortar a proposta. Em 1978, quando o processo voltou com uma resposta negativa, os indicados à coordenação vieram me dizer que nossa proposta não seria aceita; então disse que não tinha isso de não dar certo. Seria preciso fazer uma revisão, e eu a fiz. Elaborei um documento demonstrando que havia possibilidade de realização do curso. Depois do retorno do processo à Reitoria, foram aprovadas duas áreas de concentração: a de Teoria da Literatura e a de Literatura Brasileira. Lembro que em Assis também houve um problema, mas não em Araraquara, porque ali estava o prof. Borba, um lingüista de renome, que nos apoiava, e mais a professora Maria Teresa Biderman, ambos

meus amigos. Assis conseguiu implantar os cursos de Filologia, Lingüística e Literatura; Araraquara, a, b, c, que existem até hoje, conceituadíssimos, e Rio Preto, as duas áreas em Literatura. Mais tarde, como pró-reitor, estudei toda essa história. Havia poucos cursos criados antes da existência da UNESP como Universidade. Esse foi o início de minhas atividades administrativas.

No Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão da UNESP

Fiz a livre-docência, e depois a titularidade, ainda na época do professor Armando Octávio Ramos. Quando era livre-docente ainda, fui convidado pelos professores do Ibilce para representar os livres-docentes, em uma reunião em Araçatuba, com o objetivo de escolher os representantes da região noroeste no Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (Cepe). Então, compareci com mais cinco professores do Ibilce. Era uma reunião para definir quem seria o representante da região noroeste no Cepe. Em nossa comitiva, havia consenso em torno do nome do prof. titular Celso Abade Mourão para ser nosso representante. O diretor da Faculdade de Odontologia era Sebastião Hetem, e com ele, começamos a discutir a representação da região noroeste no Cepe, como seria isso e o que deveria ser feito. Eu era muito quietinho, quase não falava e aqueles

debates me pareceram muito estéreis. Ninguém falava sobre o Cepe, por que havia um conselho desse tipo? Após o almoço já estava praticamente definido que Celso Abade Mourão seria nosso representante; nesse momento, Sebastião Hetem disse: “prof. Antonio Manoel, o senhor não falou nada, o senhor não quer falar nada?” Eu disse: “Não”. Ele retrucou: “Mas eu sentia que o senhor, de vez em quando, balançava a cabeça”. Eu retorqui: “Eu balançava a cabeça porque achei que ninguém discutiu o que é esse Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão, o que nosso representante fará lá, o que ele defenderá”. Falei mais ou menos por meia hora. Quando vi, já havia falado muito além do que deveria ter dito. Então, Celso Abade Mourão propôs que eu fosse o representante da região noroeste no Cepe. Recusei, mas ele insistiu na proposta. Fui escolhido. Fui para o Cepe.

Na época de Armando Otávio Ramos, o presidente do Cepe era o prof. Raphael Lia Rolfsen, de Araraquara, vice-reitor, pessoa muito cordata. Acho que o vice-presidente era o prof. Trindade ou o prof. Manuel Nunes Dias. Havia mais uns sete professores do grupo do Armando, diretores, e havia os representantes das cinco regiões: Nilo Odalia era um deles; um diretor de Botucatu, Cecílio Linder, José de Arruda Penteado, de Marília e mais um outro, éramos cinco, e todos faziam oposição ao Armando. A primeira reunião foi aberta pelo prof. Raphael

Lai Rolfsen, que apresentou os novos representantes, e, logo depois, a pauta. Em cinco ou dez minutos foi realizada minha primeira reunião do Cepe. Houve alguns protestos tímidos por parte dos novos membros, surpresos com a rapidez do acontecimento. Terminada a reunião, os novos se juntaram e estabeleceram uma estratégia para evitar que isso voltasse a ocorrer. Em resumo, nos tornamos, Nilo Odalia à frente, um grupinho meio chato no Cepe.

Em 1984, depois de frustradas as expectativas da comunidade universitária quanto à eleição do futuro reitor, houve uma série de fatos importantes: a existência de duas listas (uma do conselho e outra da comunidade universitária); a invasão da Reitoria, a sucessão de pró-reitores e a nomeação do prof. Jorge Nagle como reitor *pro tempore*. Nesse momento, Jorge Nagle nomeou uma Comissão Central de Reestruturação da UNESP, e fui escolhido como representante do Cepe. Lembro que José Ênio Casalecchi presidia a comissão, Landim representava o CO, e eu, o Cepe, havia ainda Cecílio Linder e Quelce Salgado, da Adunesp. Foi um ano de discussão, debates e reuniões. Paritariamente.

Na Câmara Central de Pós-graduação – a criação da Pró-reitoria de Pós-graduação e Pesquisa

No fim de 1984, Nagle assumiu a

reitoria com uma espécie de “golpe de estado”, se considerarmos que o professor William Saad Hossne fora o escolhido pela comunidade no processo de sucessão do professor Armando. Nagle reorganizou as câmaras centrais e lá no meio do ano me convidou para presidente da Câmara de Pós-graduação e Pesquisa, com a missão de organizar a Pós-graduação e a pesquisa na Universidade. Antes de mim, a professora Carminda Landim, presidente da Câmara Central de Pós-graduação e Pesquisa, já havia feito um excelente trabalho: um levantamento das necessidades da infra-estrutura física, dos professores dos poucos Cursos de Pós-graduação existentes. Eu simplesmente continuei seu trabalho, elaborei vários questionários para fazer um projeto de desenvolvimento da Pós-graduação e da pesquisa na UNESP. Esse processo teve início 1985 e dois anos depois, em 1987, apresentamos o documento *Para uma Política de Pós-Graduação na Unesp*. O CO aprovou todos os itens, à exceção do último, o sexto, relativo à criação da Pró-reitoria de Pós-graduação e Pesquisa. O interessante foi que a aprovação com exclusão do item 6 ocorreu em 19 de janeiro; no dia seguinte, 20 de janeiro, Paulo Renato, de uma penada, criou todas as Pró-reitorias da Unicamp.

O documento da Pós-graduação foi aprovado em janeiro de 1987. Em 1988, reelaboramos o documento e acrescen-

tamos mais um *Para o Desenvolvimento da Pesquisa da UNESP*, com dez pontos e articulado ao anterior. Esses dois documentos foram a base da organização do sistema de pós na UNESP, de seu desenvolvimento até o fim de 2000. Na Pró-reitoria de Pós-graduação, a pesquisa era articulada com a Pós-graduação. No documento seguinte, aprovado em 1989, há uma visão diferente desta. Por exemplo, já vislumbrávamos que a Universidade deveria fazer um esforço para criar grupos de pesquisa, independentemente da Pós-graduação. Pensávamos até em grupos de pesquisa que, em algumas áreas, deveriam ter uma infraestrutura de pesquisa financiada pela Universidade. Na realidade, a Câmara de Pós-graduação e Pesquisa trabalhou, nos quatro anos em que a presidi, para não só acompanhar o que acontecia na Universidade – porque não tínhamos poder, como o pró-reitor poderia ter –, mas para informar ao reitor Nagle – que não apreciava muito a Pós-graduação – sobre a situação do desenvolvimento tanto da Pós-graduação quanto da pesquisa na Universidade. Nagle era muito resistente à UNESP ser uma universidade voltada para a pesquisa, pois achava que a vocação dela estava na graduação, era formar professores. Nós discutíamos muito durante os almoços que ele organizava. Nilo Odalia e Nagle não gostavam da Pós-graduação, ou melhor, não gostavam dela como se

organizara no Brasil desde 1969. Ambos achavam que a vocação da UNESP era a Graduação. Eu e Landim acreditávamos que a Pós-graduação era necessária e deveria se desenvolver (articulada com a Graduação), assim como pesquisa, por que não era possível haver Pós-graduação sem bom desenvolvimento da pesquisa. Por isso nosso esforço era convencer Nagle da necessidade de apoiar os cursos de Pós-graduação. Talvez tenha sido essa a razão, lá no íntimo dele, de não querer criar uma Pró-reitoria de Pós-graduação; talvez essa resistência à Pós-graduação fosse um modo de provocar discussões, de buscar caminhos alternativos, vias mais adequadas a uma Pós-graduação menos atrelada ao centralismo da Capes.

Vice-reitoria

A Pró-reitoria de Pós-graduação era muita bem organizada, com um grupo de funcionárias excelentes e um organograma que funcionava. Fazíamos, nós mesmos, cursos de treinamento e de qualificação. O que facilitou muito foi o fato de eu ter sido presidente da Câmara Central de Pós-graduação; a Pró-reitoria de Pós-graduação e Pesquisa desenvolveu-se bastante pelo fato de ter de acompanhar a evolução dentro da UNESP. Em razão desse desenvolvimento, os dois candidatos a reitor, Perry e Arthur Roquete de Macedo, me cha-

maram para ser vice, no início de 1992, último ano da gestão Landim. Relutei muito, as coisas não são como se pensa, elas acabam se desenvolvendo de um modo diferente. Dos dois candidatos a reitor, Arthur foi o mais convincente do ponto de vista político e com ele elaborei um programa. Na realidade, o que me levou a ser candidato a vice foi o fato de haver um acordo com o candidato a reitor de que eu, sendo presidente do Cepe, supervisionaria, com poder de decisão, as três Pró-reitorias, a de Pós-graduação e Pesquisa, a de Extensão e a de Graduação.

Na Reitoria

A passagem da vice-reitoria para a reitoria foi um pouquinho complicada. Eu resisitira um pouco a me candidatar a reitor: estava ciente de alguns problemas da UNESP que poderiam explodir futuramente, mas não conhecia nem um décimo deles. Houve uma tentativa do reitor Arthur Roquete de Macedo de compor uma chapa comigo e com Wagner Oliva, mas não aceitei. Por isso, convidei o professor Nelson Gimenes Fernandes, de Jaboticabal, para ser meu vice, mas ele não aceitou, afirmando que detestava São Paulo, e propôs o nome do professor Luis Roberto de Toledo Ramalho; não havia entre mim e o Ramalho muitas afinidades, mas, depois de algumas conversas e outras tantas

negociações e discussões, acabamos por acertar uma composição e nos lançamos candidatos. Ganhamos as eleições.

O meu programa de gestão foi elaborado pelos grupos que me apoiavam. Quando entrei na campanha eu já tinha mais ou menos 18 programas para gestão, e cada um contava com projetos de desenvolvimento. Tão logo fui eleito, me reuni com o grupo, para aprimorá-los (são os programas que estão em meu relatório de gestão) e fiquei aguardando a nomeação, que foi feita apenas um mês antes da posse, em fim de dezembro, porque houve uma tentativa empreendida por grupos de oposição de fazer Mário Covas me deixar como segundo, não me escolhendo; tanto que eu já não acreditava mais que seria reitor. No entanto, houve pressão de Franco Montoro, Almino Afonso, Emerson Kapaz (secretário de Ciência e Tecnologia), e de mais alguns membros do PSDB, como Arnaldo Madeira. Apesar de tudo, acabei sendo escolhido como reitor.

Algumas coisas mudaram logo no começo da gestão pois fiquei sabendo de algo que desconhecia. A linha fundamental era esta: dar continuidade aos programas elaborados, bem como profundidade e qualidade aos programas e projetos em desenvolvimento elaborados por aquele grupo que assumiu o poder em 1984. Depois da gestão de Nagle, havia um conjunto de coisas a serem feitas. Seria assim: primeiro na

Graduação, depois na Pós-graduação, Pesquisa e Extensão, que seriam as atividades-fim, em que se concentraria o esforço de qualidade da gestão. Por isso todos os projetos nascidos na época de Nagle tiveram continuidade na gestão de Landim, os projetos da gestão Landim, na gestão de Arthur, e os projetos criados já na gestão de Arthur, que eu integrava, e focavam o desenvolvimento melhor de ensino, pesquisa e extensão, tiveram continuidade para serem aperfeiçoados e aprofundados. Todos os demais projetos e programas de gestão deveriam existir em virtude do desenvolvimento desses quatro. Por exemplo, o programa de informatização da Universidade foi seguido à risca em decorrência do desenvolvimento do ensino, da pesquisa e da extensão, de modo que, ao término da gestão, todo o parque de informática já fora renovado, bem como a manutenção de uma política de renovação por ano de um terço dos equipamentos. Na prática, de três em três anos votaria-se a renovação, e o orçamento, por exemplo, de 2000 para 2001, já previa isso. No primeiro ano, isso foi feito com a biblioteca. E por que havia um programa de qualidade para a rede de bibliotecas? Porque achávamos – ainda acho – que a biblioteca é essencial para o desenvolvimento do ensino, da pesquisa e da extensão e ela deveria ser aberta. Por isso toda a gestão fez um esforço muito grande

para concluir sua construção e começar a recuperação do acervo, a fim de, ao chegar ao último ano, ela ter um recurso razoável para a compra de livros e todo recurso previsto para 2000, para que houvesse uma continuidade. Havia uma planilha que bibliotecárias e professores deveriam preencher por áreas de conhecimento: os recursos seriam destinados para as unidades comprarem os livros. Isso foi feito já no meu último ano de gestão. Chegamos a isso, terminamos todas as bibliotecas; evidentemente que fomos auxiliados pela Fapesp, mas, para sermos ajudados por ela, a Reitoria investia e a Fapesp dava uma contrapartida; isso nos ajudou a obter muitos recursos, incluindo aqueles para o Cedem.

Quase todos (85%) os programas, projetos e atividades definidos no Plano de Gestão foram cumpridos ou realizados. Cito alguns. Havia o Prolab da Pró-reitoria de Graduação, gerenciado pela Pró-reitoria de Administração com a Assessoria de Planejamento e Orçamento, de recuperação e modernização dos laboratórios didáticos. Por conseguinte, todas as carências que havia de laboratórios de ensino no começo de minha gestão – apresentadas pelas unidades universitárias – foram, sem exceção, supridas até o fim dela. A organização da rede de bibliotecas, a modernização dos laboratórios didáticos eram programas específicos, e foram realizados.

Outro programa sério era o de

equacionamento das dívidas da UNESP. Quando assumi a reitoria não sabia que a UNESP estava tão endividada. Falavam-me que havia a dívida dos precatórios, dos precatórios judiciais, os familiares, a dívida do Ipesp, do FGTS, do INSS, havia dívida demais. Mas eu não calculava que fossem tantas. Nem mesmo a Universidade sabia da existência de várias delas.

No primeiro dia, 16 de janeiro, depois de me sentar à mesa do reitor, recebo o assessor-chefe da Assessoria de Planejamento e Orçamento, Jorge Gebara, que me apresenta um pacote de processos, dizendo: “Professor, isso aí é do Ipesp e o senhor tem de tomar ciência da dívida ativa da UNESP com o Ipesp”. Segundo o professor Roquete de Macedo, o montante era de cerca de 76 milhões, mas, na verdade, ela somava um pouco mais, 253 milhões. O orçamento da Universidade era em torno de 380 milhões. Lá pelas onze horas, um juiz do Ministério Público me telefona, dizendo que daquele dia em diante a UNESP deveria pagar uma multa diária no valor de R\$ 100 mil reais, porque fora condenada em ação promovida por um deputado do PT de Campinas. O juiz afirmava que a UNESP não atendia a um quesito da Constituição do Estado, que estabelecia que 33% das vagas da universidade deveriam ser no período noturno e havia apenas 26%. Nesse momento, disse ao juiz que o problema se resolveria com

a redução das vagas do período diurno, resposta que ele considerou um desrespeito à sua autoridade. Por fim solicitei um prazo para solucionar o problema. Após esses dois impactos em tão pouco tempo, tratei de reunir a equipe à tarde e nomeei um grupo para estudar as dívidas, que se acumulavam há sete anos, desde outubro de 1990. Parte delas já havia sido negociada na gestão anterior mas outras não, e outras, ainda, surgiram no decorrer de 1997. Elaboramos um programa de recuperação das vagas do período noturno, e ao fim do terceiro ano esse problema não mais existia e não precisamos pagar a multa. Nesse contexto, foi elaborado também um programa para equacionar as dívidas da UNESP. Apresentamos várias propostas ao Ipesp, que não aceitou nenhuma, nem fez contraproposta; pelo contrário, entrou com uma ação contra a Universidade pela qual o administrador (que era eu) teria de responder. Até hoje, 2006, respondo a um processo (o último de uma série). Portanto, resolvemos parcialmente essa situação, pagando a parte dos empregados, a partir de 1999, quando a situação da UNESP começou a melhorar, mas não a parte do empregador. Em relação às outras duas universidades, a Unicamp não tinha muita dívida, porque havia feito uma negociação com o governo federal, mas, naquele momento, também teve de começar a pagar o Ipesp. Houve um

tempo em que a USP e a Unicamp deixaram de pagar em um certo período, por causa da crise, mas depois se recuperaram facilmente. A USP mais facilmente porque tem um porcentual do ICMS muito mais alto do que as outras duas. A Unicamp e a UNESP passam por dificuldades até hoje: o orçamento de ambas é mais restrito.

Outros programas de nossa gestão eram de administração: a reforma administrativa da UNESP, envolvendo o repensar a função da Pró-reitoria de Administração, a reorganização da carreira dos servidores técnicos e administrativos, a implantação de um sistema de avaliação e desenvolvimento para esses servidores. Além disso, houve um programa que acabou se desenvolvendo de maneira um tanto traumática, e para o qual o Conselho Universitário conseguiu encontrar uma solução, que não foi seguida posteriormente: o programa de reorganização das unidades complementares, relacionado com a questão da pesquisa na Universidade e com maior compromisso das unidades com esses centros.

Quanto às outras áreas, havia cinco programas de extensão; o programa do desenvolvimento das relações externas da Universidade, o da organização e desenvolvimento de pesquisa. Nas relações externas da UNESP – a partir da gestão do professor Arthur Roquete de Macedo, mas terminando por se organi-

zar na minha – o programa dizia respeito a todas as formas de facilitação das relações da UNESP com outras universidades e organizações nacionais e internacionais, e inclusive com ajuda àquelas Pró-reitorias que tivessem necessidade de facilitação de suas tarefas, por exemplo, as relações com os órgãos de fomento, como Finep, Capes, CNPq e Fapesp. Quem facilitava isso era a Assessoria de Relações Externas, que proporcionava os contatos e mantinha-se atenta aos editais, bem como cuidava dos convênios da UNESP com instituições externas – nacionais, estaduais ou internacionais. Além da Associação Universitária Ibero-americana de Pós-graduação, havia, ainda, todas as associações internacionais que envolvem as universidades. Lembro aqui a Associação Internacional dos Presidentes das Universidades. A profa. Lígia Vettoratto Trevisan organizou isso, azeitou tudo, a gente nem dava conta de tantos compromissos, com tantos convites de trabalho conjunto. Por exemplo, havia um programa de associação da UNESP com uma universidade europeia para colaborar no desenvolvimento de uma universidade, em uma região pobre da América Latina. Era sempre um trio. Havia então o *Projeto Columbus*. As iniciativas de internacionalização institucional da UNESP começaram com Landim, tiveram forte e amplo impulso com Arthur e se consolidaram em minha gestão.

As Fundações

As Fundações trabalharam com autonomia, a única que precisou de ajuda – e foi bem ajudada por algum tempo – foi a Editora da UNESP. Ela teve um apoio forte na época da crise de 1998-1999. As três Fundações (Fundunesp, Vunesp e FEU) têm autonomia de gestão. A Vunesp virou uma potência, pelo menos durante a minha gestão já era forte e competitiva, a Fundunesp também, e a Editora da UNESP já estava equilibrada quando saí: nesse momento, ela só precisava de recursos para levar adiante as revistas sob responsabilidade direta da própria Universidade. Temos outras Fundações, de caráter local, como a Famesp de Botucatu, que trabalha para ela mesma.

As três Fundações – as mais vinculadas à reitoria – consolidaram-se entre a gestão de Arthur e a minha, e, quando terminei a minha, estavam fortalecidas. As três consolidaram-se tanto que duas delas, na época da crise, ajudaram a UNESP. Por exemplo: em 1998-1999, a UNESP, assim como outras universidades, passou por uma crise muito grande, reflexo de crises internacionais. Diante desse quadro, a gestão concentrou suas atividades para preservar os salários. Tudo era feito com esse objetivo. Houve um esforço dos diretores para economizar, ao passo que as Fundações ajudaram muito a Universidade, finan-

ciando todo o programa de desenvolvimento dos laboratórios didáticos e auxiliando na contratação de pessoal para as bibliotecas.

O problema da UNESP concentrava-se nas Fundações locais, que tinham autonomia, mas acredito que, nesse caso, há um problema muito sério: embora tivessem autonomia, faziam uso de recursos físicos da UNESP e não davam retorno à Universidade. Houve uma tentativa de se organizar as fundações, isto é, de traçar uma política para as fundações, como fora feito com a Pós-graduação, a Graduação e a Extensão. Edmundo de Luca esteve à frente desse esforço nas quatro Fundações maiores, mas houve enorme resistência. Quando se acreditava que a situação estava quase resolvida, houve a famosa greve, que fez parar tudo. Em resumo, quais eram os problemas das Fundações? Primeiro: usavam os recursos físicos e intelectuais da UNESP em proveito próprio. Segundo: acabavam sendo um instrumento para a burla do tempo integral. Os professores começaram a trabalhar mais nos cursos financiados pelas fundações do que em suas escolas. Uma vez recebidos os recursos, eles repassavam apenas pequena parcela para os Departamentos. Além disso, atuavam como entidades privadas, mas com o nome e a infra-estrutura (material e espiritual) da universidade pública. Em uma palavra, as Fundações vinculadas à Reitoria

desenvolveram-se bastante, ao passo que, durante minha gestão, não houve solução para a questão das fundações locais.

A expansão da UNESP

Durante minha gestão houve muitos pedidos de incorporação de universidades e instituições municipais ou privadas, como a de Bragança, à Universidade, alguns até mesmo com aprovação da Assembléia Legislativa. Entretanto, cada pedido que chegava à Reitoria era recusado, porque, para que houvesse a incorporação era necessário seguir as tramitações normais. À exceção daquelas de iniciativa das Congregações, o primeiro passo era o exame da proposta. Uma câmara podia se recusar a analisar, dizendo que não havia condições; nesse caso todos os passos eram dados até chegar ao Conselho Universitário – o órgão soberano. Entretanto, para os pedidos de incorporação mais agressivos, existia um texto pronto em que se explicava, aos interessados, haver no Conselho Universitário uma política de não-expansão fora das unidades existentes.

No último ano de minha gestão comecei a fazer um estudo, encaminhado ao governador Mário Covas, para a criação de uma universidade pública no litoral paulista e no Vale do Ribeira. Não uma incorporação, mas a criação de uma universidade com uma estrutura

diferente das atuais. No litoral havia o Cepel (Centro de Ensino e Pesquisa do Litoral Paulista), uma unidade complementar. Contudo, ele foi extinto como Cepel e, em seu lugar, foi criada uma unidade universitária com denominação ainda não definida, mas já com uma organização inicial que seria o *campus* do litoral paulista. Isso foi aprovado pelo Conselho Universitário. Tal *campus* teria um tipo de organização diferente das unidades complementares e das universitárias. A estrutura do Cepel foi aproveitada teoricamente pelo reitor que me sucedeu, para estruturar as unidades ditas diferenciadas.

Para essa região havia o projeto da Universidade da Vertente Atlântica que não teve continuidade. Porque, quando houve a transição, o Trindade teve mais sorte que eu: o Conselho Universitário aprovou a escolha dele em 15 de outubro – ou 15 de setembro? Não me lembro bem. (No dia seguinte ele já era nomeado reitor. O Conselho Universitário aprovou à tarde e no dia seguinte saiu no *Diário Oficial* sua nomeação como reitor para tomar posse em 15 de janeiro.) Por isso, ele teve tempo de fazer a transição. Nesse ínterim, expus a ele que seria interessante que apresentasse ao governador – seu amigo – um estudo em andamento para a criação de uma Universidade da Vertente Atlântica (a do litoral paulista), em moldes diferentes da UNESP. Nesse momento,

Trindade me falou: “Aproveitarei isso como projeto de expansão da UNESP”. Depois, pediu para dizer como seria se a universidade fosse incorporada. Eu tinha um grupo que fazia isso comigo e terminou o projeto adequando-o à possível expansão da UNESP.

Em minha gestão, não houve nenhuma possibilidade de se criarem cursos, unidades e *campi* fora das estruturas existentes. Assim, todos os cursos que começaram a ser aprovados no fim de 2000 (eram 15) passaram por um crivo rigoroso, que vinha das Congregações até chegar à Assessoria de Planejamento e Orçamento, que informava se a Universidade suportava aquilo financeiramente. As vagas dos cursos existentes se expandiram, ou então se desdobraram em cursos do diurno para o noturno, mas nem isso se fazia sem um estudo da Assessoria de Planejamento e Orçamento que mostrasse sua viabilidade e sem a discussão (às vezes acalorada) no Conselho Universitário.

A UNESP no Cruesp

Fui presidente do Cruesp uma vez. Participei de todas as reuniões, com exceção das de abril de 1999. Nas reuniões, as decisões eram muito democráticas, embora nem sempre fossem fáceis. Havia sempre uma decisão de grupo. Os três reitores foram muito firmes com o governo, aliás nunca fomos aten-

didados por Covas, porque não tínhamos uma relação muito próxima com ele: tínhamos relações mais com os secretários de Estado. As minhas relações com os reitores foram nesse nível, de respeito e ajuda mútuos, de discussão clara dos problemas, e quando ficava em jogo o interesse da qualidade da universidade pública, éramos não só muito rigorosos, mas firmes na sua defesa. Tivemos ameaça de diminuição do ICMS e fizemos todo o papel político com a Assembléia para que isso não acontecesse. Fizemos também tudo para que o ICMS aumentasse, dentro de um nível razoável, não dentro do nível que os sindicatos e as associações demandavam. Quando era presidente do Cruesp fazia as convocações, os outros reitores compareciam, discutíamos tudo e a seguir fazíamos reuniões além daquelas normais, porque houve muitos problemas que as três universidades enfrentaram juntas. O primeiro foi em 1998, com o êxodo dos professores que tinham tempo de aposentadoria completo ou proporcional. O outro foi trabalhado com o governo do estado: o fundo de aposentaria e pensão das universidades públicas. Quisemos fazer um ajuste de contas, o que causou mais um atrito com o governo porque achávamos que o estado devia para as universidades e não as universidades para o estado, porque pagamos os aposentados. Foi uma época interessante

de união das três universidades, a defesa de alguns princípios – uma defesa muito forte – de uma atuação diante dos reitores das universidades públicas federais e estaduais, trabalhamos muito nisso, porque, quer gostem, quer não, as três universidades juntas têm uma força muito grande: uma grande força política no interior do estado, perante os governantes, além de uma força política muito grande fora do estado. Existem alguns probleminhas de atrito: por exemplo, nós da UNESP achamos sempre que a USP tem mais dinheiro do que deveria ter, que não é justa a distribuição do ICMS, mas isso vai se levando até, um dia, chegar a uma solução.

Um reitor da área de humanidades

O fato de eu pertencer à área de humanidades parece ter marcado de modo acentuado minha gestão. Internamente, não senti muitas dificuldades na Universidade: eu (assim acho) era bem respeitado por todas as áreas. Também devo confessar que favoreci a área de humanas. Isso era muito claro para todo mundo. Não tive dúvidas de fazer tudo para que essas áreas começassem a ter as condições de trabalho semelhantes às outras, que têm facilidades que a área de humanas não tem. Então, aqueles recursos pelos quais batalhamos no BID para a UNESP, os 29 milhões que conseguimos aprovar no fim da

minha gestão, e depois a outra gestão levou avante, para onde iria a maior parte desses recursos? Para o Instituto de Artes e para a Faculdade de Direito, História e Serviço Social de Franca: porque eles estavam a zero. Bauru estava em situação precária; houve um esforço de dotar o *campus* de uma infra-estrutura mais condizente com a qualidade de ensino e de pesquisa exigida.

Na realidade foi assim, houve um planejamento para isso na minha gestão: nos seis primeiros meses foi feito um levantamento muito grande das necessidades. Nada era escondido, tudo era posto claramente no Conselho Universitário.

Não nego, favoreci as áreas que eram menos contempladas e tinham menos possibilidades de conseguir os recursos, e essas áreas são as humanas. E não é porque sou de humanas – elas são de fato menos favorecidas – e o reitor, se quiser que as áreas se equilibrem, tem de trabalhar isso. Insisto em que, durante minha gestão, nenhum recurso foi aplicado sem a aprovação dos Colegiados, nada mesmo, tudo foi aprovado pelos Colegiados e vinha das unidades até o conselho. Aliás o estatuto, que foi mudado durante minha gestão, tirou o poder do reitor e isso foi feito sistemática, sabida e conscientemente. O estatuto deveria fazer do reitor um executivo dos Colegiados: para isso mudou-se o Estatuto. Havia processos que nem iam

mais para os Colegiados centrais, se decidiam nas Congregações.

Ninguém desconhece o fato de que boa parte dos integrantes da área de ciências exatas e biológicas olha um pouco de nariz torcido para a de humanas, menosprezando, como se só biológicas e exatas fizessem pesquisa. Em todas as conferências ou palestras que tive de dar sobre a importância da pesquisa, chamava a atenção para esse fato: é pesquisador tanto aquele que trabalha no laboratório, que faz pesquisa sobre a asinha da borboleta, como aquele que faz pesquisa sobre como o existencialismo surgiu na sociedade européia no século XX. Também é certo que quando assumi a reitoria, tinha clareza de que eu executaria o que vinha defendendo há tempos. Isso já apareceu no programa de Arthur Roquete Macedo, de cuja elaboração e execução participei: a meta de equilibrar a UNESP. Também não se pode negar que nós, de humanas, de vez em quando, não olhamos bem os nossos colegas de biológicas que se dedicam, por exemplo, ao estudo daquele mosquitinho conhecido como drosófila, que tem um nome científico bonito do ponto de vista fono-rítmico.

A questão da identidade da UNESP

Acho que a UNESP tem uma identidade hoje; ao se dizer UNESP, sabe-se

que é uma universidade *multicampi*, uma universidade com sucesso desse ponto de vista, que tem um conjunto de pesquisadores, temos um conjunto de centros que são as unidades complementares, que aglutinam pesquisas. Eu já reconhecia isso quando era reitor e quando ia para fora. Para a Fapesp a UNESP tem uma identidade: é a única universidade que faz propaganda da Fapesp. O que não se pode tirar da UNESP é o pertencimento ao regional (precisaria evocar Tolstói ou Dante para lembrar a universalidade desse pertencimento). Acho que isso caracteriza a UNESP também: há nela como que uma defesa do lugar; por exemplo, é diferente o modo como Marília, Rio Preto, Araçatuba ou Ilha Solteira se vêem na UNESP, ou mesmo Jaboticabal, talvez hoje a mais internacional das unidades, a que mais se vincula com a cidade e a região. Acho que a identidade da UNESP é sua diversidade, todos nós temos de ter consciência disso, embora seja difícil entender essa particularidade. Hoje, a UNESP, até onde posso acompanhar, constitui uma marca: ninguém a confunde com USP ou com a Unicamp, embora não seja uma marca tão conhecida nos grandes meios de comunicação que acham mais prestigioso tratar da USP e da Unicamp. De qualquer modo, a UNESP hoje é conhecida, há áreas em que ela está no topo, fato que não se imaginava antes. Entretanto, não se pode aceitar que a

grande imprensa defina a identidade de uma universidade. Se assim for, o problema da UNESP não está em sua identidade, mas em sua divulgação, na imagem fixa ou móvel com que se apresenta ao público.

Palavras finais

Gostaria de não tocar nas frustrações que tive durante minha gestão, o que deixarei para o finalzinho. Gosto de me lembrar das pessoas com quem trabalhei na Reitoria: o companheirismo e a generosidade do vice-reitor – o prof. Luiz Roberto de Toledo Ramalho –, dos pró-reitores, assessores e funcionários. Há pessoas de que me recordo pela eficiência e capacidade de se multiplicarem em atividades: Lígia Maria Vetoratto Trevisan, Antonio Márcio Costa, José Jorge Gebara, Adriano Cansian. Há outras que enfrentaram tarefas árduas e espinhosas, como Fausto Foresti e Antonio Celso Wagner Zanin. Há outra, que foi fundamental para a administração acadêmica, a secretária-geral Maria de Lourdes Mariotto Haidar. Gostei muito dos pró-reitores que fizeram as vezes do reitor à frente da administração geral e do Cade (prof. Ricardo Veiga), à frente das atividades de extensão (prof. Edmundo José de Luca), das atividades de Pós-graduação e pesquisa (prof. Fernando Mendes Pereira) e das atividades de graduação (profa. Maria Aparecida

Viggiani Bicudo). Tive um assessor político cuidadoso e equilibrado, o prof. Antonio Carlos Bernardo; um chefe de gabinete amigo e compreensivo, discreto e ativo; o prof. Widsney Alves Ferreira. Todavia, quero mencionar os programas que gostei de levar avante. Um é o de qualidade da rede de bibliotecas totalmente informatizada, ligada a outras universidades, ao mundo. Começou na gestão de Paulo Milton Landim, foi trabalhada na gestão de Arthur Roquete de Macedo, já como programa definido, e concluída comigo no último ano, tanto em termos físicos, de estrutura física, quanto em outros termos. O segundo trabalho que me enaidece muito foi o da reestruturação do Estatuto e do Regimento Geral, trabalho feito com a participação de toda a Universidade. Poderia aqui mencionar a nova dimensão que foi dada para a extensão na Universidade, quer dizer, uma extensão articulada ao ensino e à pesquisa, que estabeleceu algo que passa às vezes despercebido, o desenvolvimento dos corais na Universidade. É-me também prazeroso ver que as Fundações terminaram, na minha gestão, consolidadas, as Fundações centrais a Unesp, a Fundunesp e a FEU, percebendo a importância que têm como braços operacionais da Universidade. É claro que eu poderia comparar o que foi programado e o que foi realizado: 85% daquilo que foi projetado se realizou. Gostaria que

os 15% restantes fossem também, mas não foi possível. O fato, por exemplo, de a UNESP ter na época ampliado em 17% as vagas dos cursos de graduação, e de ter, perante as agências de fomento, um prestígio que a universidade não tinha antes. Então, há uma porção de fatos que eu gosto de lembrar, coisas que foram se consolidando. Na minha gestão, o Cedem se consolidou: só não chegou a ser unidade complementar. Conseguimos trazer os acervos, manter o pessoal e os estagiários. Do ponto de vista acadêmico, não tenho nenhuma frustração profunda na Universidade. Nesse aspecto, minhas frustrações são relativas a alguns procedimentos e comportamentos que não sei por que não se resolveram: o da avaliação docente e a questão do tempo integral, do cumprimento do tempo integral. Quando falo do tempo integral, não me refiro ao fato exclusivo da presença na unidade universitária, mas ao fato de os resultados não corresponderem ao tempo que o docente tem para desenvolver ensino, pesquisa e extensão. A frustração maior foi administrativa, ou melhor, político-administrativa: de não ter conseguido negociar a dívida do Ipesp sem submeter a UNESP a uma constrição financeira insuportável, aquela constrição que poderia chegar ao limite de não honrar os salários, e a isonomia com as outras duas universidades. As minhas frustrações são essas, de não ter conse-

guido resolver as dívidas da Universidade e não ter conseguido implantar um sistema de acompanhamento da produção em termos de ensino, pesquisa e extensão dos docentes que estavam em tempo integral. No fundo, tenho a convicção de que a Universidade – como instituição pública de ensino, pesquisa e extensão – chegou, no fim da gestão 1997-2001, a completar o ciclo de desenvolvimento sonhado nos idos de 1984.



SECRETARIA DE ESTADO DOS NEGÓCIOS DA EDUCAÇÃO

São Paulo, 16 de outubro de 1975

Senhor Governador:

Determino que a nova Universidade de São Paulo seja denominada 'Universidade Estadual Paulista Julio de Mesquita Filho', em homenagem a quem São Paulo tanto deve, quando dos primórdios do ensino superior em nosso Estado.

Tenho a honra de, pelo presente, encaminhar-lhe o incluso projeto de lei, que cria nova Universidade no Estado de São Paulo.

Em anexo, encontram-se a justificativa apresentada por ocasião da remessa do projeto de lei ao Colendo Conselho Estadual de Educação, parecer do referido órgão e officio do seu Presidente.

Permita-me esclarecer-lhe que o projeto proposto por esta Pasta foi aprovado por unanimidade pelo Conselho Estadual de Educação, que, entretanto, houve por bem sugerir algumas alterações visando o seu aprimoramento.

Considerando a procedência das mesmas resolvi desde logo acolhê-las e incorporá-las à minuta que ora submeto à elevada consideração de Vossa Excelência.

Este projeto de criação da nova Universidade está a merecer, Senhor Governador, tratamento de urgência, pois, como é de seu conhecimento, a Secretaria da Educação encontra-se ultimando os estudos de fixação da sua nova estrutura administrativa, a ser baixada por decreto do Executivo, até o final do corrente ano.

Como, nesta reforma, desaparecerá a Coordenadoria do Ensino Superior do Estado de São Paulo (CESESP), torna-se imperativa e urgente a definição da nova estrutura que irá abrigar os Institutos Isolados de Ensino Superior a ela atualmente vinculados.



SECRETARIA DE ESTADO DOS NEGÓCIOS DA EDUCAÇÃO

" 2 "

Assim, é de suma importância que ainda nesta legislatura possa a augusta Assembleia Legislativa do Estado examinar o referido projeto de lei, a fim de que haja perfeito e necessário entrosamento dos diversos atos da reforma administrativa da Secretaria da Educação.

As razões que justificam a iniciativa de criação da nova Universidade são sobejamente conhecidas por Vossa Excelência e constam do officio de encaminhamento do projeto inicial ao Conselho Estadual de Educação, em anexo.

Os recursos destinados à Universidade, para o próximo exercício, compreenderão as atuais dotações orçamentárias consignadas à Coordenadoria do Ensino Superior do Estado de São Paulo e aos Institutos a ela vinculados.

Com estas considerações, certo de que Vossa Excelência determinará as medidas de urgência necessárias, aproveito o ensejo para reiterar-lhe os meus protestos de estima e elevada consideração.

Jose Bonifacio Coutinho Nogueira
JOSE BONIFÁCIO COUTINHO NOGUEIRA
Secretário da Educação

Excelentíssimo Senhor
Dr. PAULO EGYDIO MARTINS
DD. Governador do Estado de São Paulo
CAPITAL - S.P.

O "batismo" da UNESP.

Ofício do secretário da Educação José Bonifácio Coutinho Nogueira, dirigido ao governador Paulo Egydio Martins, encaminhando a aprovação do Conselho Estadual de Educação da nova Universidade, com algumas sugestões de alteração.

"Aprovo

Determino que a nova Universidade seja denominada 'Universidade Estadual Paulista Julio de Mesquita Filho', em homenagem a quem São Paulo tanto deve, quando dos primórdios do ensino universitário em nosso Estado."

Paulo Egydio Martins